

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.390 - PA (2019/0359840-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : MEIRE ABREU DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO GODOY PERES E OUTRO(S) - PA011780
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MEIRE ABREU DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 0808097-28.2019.8.14.0000).

Extrai-se dos autos que a recorrente foi presa preventivamente, sob acusação da prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incs. II e IV c/c o art. 121, § 2º, inc. V c/c o art. 69, do Código Penal (homicídio qualificado). A paciente foi beneficiada com liberdade provisória, sendo determinadas medidas cautelares diversas da prisão. Em 07/09/2019, foi revogada a decisão que concedeu a liberdade provisória, em virtude do descumprimento das cautelares impostas.

Irresignada, a defesa impetrou *mandamus* perante o Tribunal de origem, a qual foi denegada em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR. CRIMES DO ART. 121, §2º, II E IV, C/C ART.121, §2º, V, C/C ART.69, TODOS DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. FILHO MENOR DE 12 ANOS DE IDADE. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS OU À PRISÃO DOMICILIAR, COM BASE NO ART.318, V DO CPP E NO HC COLETIVO ¹ 143.641/SP (STF). IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE QUE DESCUMPRIU AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO ANTERIORMENTE IMPOSTAS (MUDOU-SE PARA OUTRO PAÍS SEM AUTORIZAÇÃO OU COMUNICAÇÃO AO JUÍZO). CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA, CARACTERIZANDO UMA DAS EXCEÇÕES PREVISTAS NO WRIT COLETIVO ¹ 143.641-SP/STF. GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS DELITUOSAS. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DA AGENTE. PACIENTE QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE NA CONDIÇÃO DE FORAGIDA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E

APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL
NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Verifica-se, in casu, que a acusada teve a sua prisão preventiva decretada em 27/02/2008, sendo-lhe, posteriormente, concedido liberdade provisória no dia 09/07/2009, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Em 07/10/2019, foi decretada novamente a custódia preventiva da paciente - diante do descumprimento das medidas cautelares alternativas anteriormente impostas, razão pela qual não se vislumbra constrangimento ilegal passível de ser reparado por esta Corte de Justiça. Pretende, ainda, o impetrante a substituição da medida extrema por prisão domiciliar, sob o fundamento de que é mãe de uma criança de 3 anos de idade - que necessita dos seus cuidados.

2. Com advento da Lei n. 13.257/2016, permitiu-se ao Juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência e mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos, consoante dispõe os incisos III e V do art. 318 da citada Lei federal. A previsão insculpida na lei reformadora do art. 318 do Código de Processo Penal, entretanto, não é de caráter puramente objetivo e automático, cabendo ao Magistrado avaliar a adequação da medida ao caso concreto.

3. Quando a presença da mãe for imprescindível para prover os cuidados a filho menor de 12 anos de idade, o princípio da proteção integral impõe ao magistrado analisar acuradamente a possibilidade de substituição do cárcere pela prisão domiciliar, ex vi do art.318 do CPP, deixando a medida extrema às situações em que elementos concretos demonstrem inequivocamente a insuficiência das inovações legislativas e jurisprudenciais.

4. Na hipótese dos autos, constata-se que as condutas perpetradas, em tese, pela paciente, foram cometidas mediante violência e grave ameaça, eis que conforme já relatado, estão sendo-lhe imputados os crimes de homicídio e tentativa de homicídio.

5. Assim sendo, em que pese a paciente possuir filho menor de 12 anos de idade, não se verifica, na hipótese, o preenchimento dos requisitos elencados no mencionado habeas corpus coletivo (HC nº 143.641/SP) para a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. Precedentes do STJ.

6. Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, diante do modus operandis supostas condutas criminosas, indicando o elevado grau de periculosidade da paciente, além do

descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão e, ainda, por se tratarem de crimes com violência ou grave ameaça.

7. Vale ressaltar que a paciente se encontra atualmente na condição de foragida, ciente do decisum que decretou novamente a sua prisão cautelar, tendo o magistrado, inclusive, determinado que "o mandado de prisão seja imediatamente encaminhado, por cópia autenticada, ao superintendente regional da Polícia Federal do estado do Pará, com vista à difusão vermelha, isto é, a inclusão da informação no sistema da INTERPOL".

8. Dessa forma, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art.312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por esta Corte de Justiça.

9. Ordem conhecida e denegada. Decisão unânime.

No presente recurso alega a nulidade da decisão que revogou as cautelares e decretou nova prisão, em virtude de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, considerando que a paciente não teria sido instada a se manifestar sobre o eventual descumprimento das cautelares.

Por outro lado, aponta falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão, a qual estaria fundamentada de forma vaga, sem a demonstração de motivos concretos. Aduz que deve ser novamente decretada medida alternativas à prisão, considerando as condições pessoais favoráveis à paciente.

Afirma que a recorrente é mãe de filho menor de 12 anos e invoca o HC 143.641/SP, do Supremo Tribunal Federal, para corroborar a possibilidade de concessão de prisão domiciliar.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medida cautelar diversa ou por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator